

Notas de Pesquisa

Contando policiais: os registros de pessoal como fonte

Counting policemen: Personnel records as a historical source

Cláudia Mauch¹

claudia.mauch@ufrgs.br

O propósito desta nota de pesquisa é mostrar algumas possibilidades de exploração de um tipo de fonte ainda pouco trabalhado pela historiografia brasileira, os registros de pessoal. Analisei as matrículas dos homens que se engajavam na Polícia Administrativa de Porto Alegre nas primeiras décadas republicanas em busca de informações que me ajudassem a entender quem eram os policiais e como funcionava aquela polícia, entre elas as origens sociais dos ingressantes, por quanto tempo exerciam a atividade e os critérios utilizados pela instituição para selecionar e excluir seus funcionários. Para tanto, precisei me valer de uma abordagem quantitativa dos dados da fonte, a maior parte dos quais, por seu caráter serial e nominativo, se prestavam a esse tipo de tratamento e à construção de um banco de dados. Neste texto, apresento alguns dos resultados obtidos, em particular os referentes às ocupações que os homens que ingressavam na polícia declaravam exercer antes de se tornarem seus agentes, informação que considero importante na constituição de um perfil social dos policiais no período.

A Polícia Administrativa de Porto Alegre foi criada em fins de 1896 e era uma polícia civil municipal cujos agentes desempenhavam as funções de policiamento preventivo e ostensivo, ou seja, eram responsáveis pela manutenção da ordem pública, por fazer prisões e pela execução dos mandados de autoridades judiciárias (Mauch, 2004). Durante a Primeira República no Rio Grande do Sul, as atividades de investigação criminal eram exercidas por outra polícia, a Judiciária, de âmbito estadual. Os registros de pessoal dos homens que ingressaram na Polícia Administrativa ao longo de toda sua existência, ou seja, de 1896 até janeiro de 1929, encontram-se no Arquivo Histórico de Porto Alegre em 22 códices numerados em sequência denominados “Matrícula Geral do Pessoal da Polícia Administrativa do [...] Posto” que, acredito, constituam uma série completa.² Nesses livros, foram anotados dados dos policiais no momento em que entravam na corporação e informações sobre licenças, punições, promoções e desligamentos. Em geral, os campos para preenchimento impressos na lateral da folha esquerda ou na primeira linha de cada página são os seguintes: “nome”, “data de entrada”, “nome do pai”, “idade”, “estado” (estado civil), “nacionalidade”

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de História.

² Porto Alegre (s.d.-b): Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3.8, códices 3.8/1 (Polícia 1) a 3.8/22 (Polícia 22). Doravante me referirei a esses códices pelo seu número e à fonte como Matrícula.

(normalmente a anotação se refere à naturalidade, ou seja, local de nascimento), “profissão”, “atestado de conduta” (nome da pessoa que forneceu atestado de boa conduta ao candidato), “número” (cada policial tinha um número que deveria ficar à vista na farda) e, finalmente, “observações” (anotações sobre o desempenho e carreira do policial, punições, etc.).

Os livros possuem 200 ou 300 folhas pautadas e os dados dos policiais são manuscritos (Figura 1). Mas a quantidade e a qualidade dos registros individuais variam muito conforme o códice, e nem todos foram preenchidos segundo o mesmo padrão. Além disso, não seguem uma ordem cronológica ou alfabética: em uma mesma folha há registros de anos de entrada bem diferentes, por exemplo, um de 1898 na frente e outro, escrito com letra diferente, no verso, de 1906. Nos casos em que a ficha contém várias anotações no item “observações”, estas normalmente foram feitas com duas ou mais grafias diferentes,

Figura 1. Exemplo de ficha de policial.

Figure 1. Example of policeman data sheet.

Fonte: Códice 3.8/11, Matrícula Geral do Pessoal da Polícia Administrativa de Porto Alegre (AHPA).

indicando que os livros eram usados correntemente para anotar punições, licenças de saúde, promoções, expulsões, etc. Mas, novamente, isso não se aplica a todos. Além da manutenção de um controle interno, provavelmente o registro tinha a finalidade de dar suporte a pedidos de licenças e, para os que cumpriam períodos de trabalho mais longos, aposentadoria.

As diferenças observadas no preenchimento dos dados não impediram um tratamento serial das informações da Matrícula, que foram incorporadas a um banco de dados cujos campos principais seguiram os itens presentes na maioria dos códices e onde cada nome de policial presente nos livros, mesmo que se repetisse, identificava uma linha na planilha. Ao conjunto de informações recuperadas para cada vez que um nome aparecia na Matrícula denominei “ficha”, e no total foram encontradas 12.039 fichas de policiais nos 22 códices. Os dados foram digitados e filtrados em planilha eletrônica.³

Depois do próprio volume da fonte, a principal dificuldade enfrentada nessa parte do trabalho residiu na conversão dos dados qualitativos e não homogêneos oriundos das “observações” anotadas na Matrícula – como motivo de saída da polícia, data de saída (a fim de calcular o tempo de trabalho na instituição) e outros relativos às trajetórias dentro da instituição – em informação passível de quantificação. Assim, à medida que os códices foram sendo transcritos e o conhecimento da Matrícula como instrumento da administração da Polícia Administrativa aprofundado, algumas categorias foram criadas, adicionadas e modificadas no banco de dados. Por exemplo: como os motivos de saída eram anotados originalmente das mais variadas formas, foram criadas quatro categorias para essa coluna da planilha, quais sejam expulsão (expulso ou excluído por indisciplina), saída voluntária (quando o policial solicitava demissão), saída não voluntária (por doença, morte ou aposentadoria) e sem informação. Depois de concluída a transcrição, como as anotações iniciais não foram apagadas, foi possível filtrar todos os expulsos e contar o tipo de infração disciplinar mais frequente.

Num segundo momento da pesquisa, as 12.039 fichas foram colocadas em ordem alfabética pelo nome do policial, e passou-se a verificar quais nomes se repetiam, tarefa demorada uma vez que muitos indivíduos diferentes tinham nomes iguais e que muitos nomes aparentemente diferentes se referiam ao mesmo indivíduo, por terem sido grafados de variadas formas ou pela omissão de partes do nome em alguns registros, ou mesmo por erro na transcrição. Um exemplo dentre muitos é o do nome Typhaldino Correa, nome incomum, mas grafado como Thyphaldino,

³ O trabalho de transcrição foi realizado em diferentes momentos entre os anos de 2003 e 2009, e pude contar com a ajuda dos auxiliares de pesquisa Alisson Droppa, Jonas Moreira Vargas, Jônatas Marques Caratti e Ricardo Alvarez, a quem sou profundamente grata.

Thiphaldino, Typhaldino, Tiphaldino, Dyphaldino e Dipaldino, o que, numa listagem de mais de 12 mil linhas, colocava um nome bem distante de outro. Nesse caso, era um nome raro, e foi relativamente fácil filtrar e agrupar todas as suas fichas, mas em outros, com nomes mais comuns, a tarefa demandou mais trabalho, e a filtragem foi executada em várias etapas. Os critérios utilizados para decidir quando um nome igual se referia a uma só pessoa foram os seguintes: verificar se nomes iguais ou grafados de forma semelhante tinham outras informações iguais, começando com filiação (nome do pai) depois data de ingresso, atestado de conduta e profissão anterior, quando o campo filiação não trazia nenhuma informação ou quando também o nome do pai apresentava grafias diferentes. Em vários casos que permaneciam duvidosos, recorreu-se às fotografias da fonte. Ao final dessa etapa, chegou-se a uma listagem com 5.742 indivíduos que formaram um segundo banco de dados a partir do qual foram realizadas as análises quantitativas. O banco de dados completo, por sua vez, foi preservado para o acompanhamento de algumas trajetórias dentro da polícia, servindo, assim, para subsidiar análises qualitativas.

Essa dupla utilização de um mesmo arquivo parcialmente convertido em planilha eletrônica foi possibilitada pelo caráter nominativo das informações ali existentes, pois os dados se referem a pessoas cujos nomes podem ser encontrados em outros momentos no mesmo arquivo e, com alguma sorte, em outros documentos da época. Desde meados da década de 1970, as possibilidades do trabalho com listas nominativas vêm sendo demonstradas por meio das pesquisas dos historiadores italianos vinculados à micro-história. Em artigo de 1979 que se tornou famoso, Ginzburg e Poni expuseram alguns dos princípios e vantagens desse tipo de investigação em relação às estatísticas anônimas e massivas que a história quantitativa “à francesa” costumava utilizar:

Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome (Ginzburg e Poni, 1991, p. 173-174).

Em minha pesquisa, a vantagem mais evidente de trabalhar com a Matrícula como uma lista nominativa é que foi possível observar que muitos homens ingressavam e reingressavam na polícia em vários momentos, às vezes em intervalos de tempo curtos, às vezes depois de vários

anos. Além do fato de que a existência de várias fichas para um mesmo indivíduo ter tornado possível a observação de sua trajetória na instituição (e fora dela, quando surgiam diferenças nos dados de profissão anterior e estado civil, por exemplo), propiciaram a análise de aspectos do funcionamento da instituição que não apareciam em outras fontes, como a prática da recontração de agentes, mesmo dos expulsos por indisciplina, e a frequente troca de distrito e de categoria dentro da polícia.

Como lembra Graham, mesmo um historiador interessado mais no particular excepcional do que no típico pode extrair percepções valiosas dos dados quantitativos porque “eles geralmente indicam padrões de comportamento nem sempre previstos e muito menos compreendidos a seu tempo”, e a descoberta de um padrão geral é o que frequentemente torna o desvio particular notável e importante. Além disso, segundo o autor, a informação quantitativa, especialmente quando sujeita à análise comparativa, pode ajudar na formulação de novas questões (Graham, 2008, p. 20).

As fichas de policiais elaboradas a partir da Matrícula não se encontram todas completas, pois há indivíduos com lacunas em um ou mais campos do registro e homens dos quais a fonte só apresenta o nome. Mesmo assim, trata-se de um arquivo de grande valor por permitir a recuperação de informações variadas sobre número expressivo de pessoas ao longo de um período de 33 anos, informações essas que puderam ser relacionadas com outros documentos onde policiais apareciam, como registros de ocorrências e relatórios da Polícia Judiciária ou processos criminais.

Sabe-se que a utilização pela história social de fontes cujos dados pudessem ser quantificados teve seu auge entre as décadas de 1950 e 1970 com a produção da segunda geração dos *Annales* e, por isso, também foi chamada de “história social à francesa”. Mas desde, no mínimo, o final dos anos 1970, justamente quando parecia triunfante, vem sofrendo duras críticas. Uma delas, talvez a mais conhecida, refere-se ao fato de que, ao buscar as médias e maiorias no agregado de dados homogêneos e repetitivos recolhidos preferencialmente num recorte temporal longo, tal metodologia reproduzia e reiterava categorias “macro” (como classes sociais, grupos profissionais, níveis de fortuna, manifestações de devoção, etc.) nas quais os dados eram encaixados e justapostos, o que, ao longo do tempo, levou a uma produção que raramente questionava a validade das próprias categorias utilizadas: ao contrário, em muitos casos, comportamentos e opções de agentes individuais ou grupos eram deduzidos de sua posição dentro das categorias (Revel, 1998; Tilly, 1984).

As críticas e reações a tal modelo de história quantitativa ou serial ao final da década de 1970 vieram

de várias frentes, de Thompson (1981) à micro-história italiana, propiciando mudanças nas formas de utilização dos documentos que se adaptavam ao tratamento quantitativo. Estes, como todo tipo de fonte histórica, não só nos oferecem uma visão limitada de uma realidade, como devem ser vistos como produtos sociais de seu tempo e assim interrogados. Como escreve Farinatti sobre as fontes seriais, “[...] quando aceitamos seu caráter incompleto, podemos nos valer daquelas informações como *indícios* que podem ser corrigidos na comparação com outras fontes ou em futuros estudos” (Farinatti, 2008, p. 67). É nesse sentido, ciente de suas limitações, mas também de sua importância, que apresento a seguir alguns dos resultados obtidos da análise do banco de dados da Matrícula.

Os registros de pessoal permitiram uma aproximação ao tipo de homem que buscava emprego na Polícia Administrativa de Porto Alegre na Primeira República por meio dos dados que apresentam sobre profissão anterior, idade e estado civil. Segundo o regulamento de 1896, o ingresso na instituição se daria por voluntariado e os requisitos que os homens teriam de preencher eram: possuir idade mínima de 21 anos, “saber ler e escrever e ter inteligência e aptidão necessárias para o serviço”, e apresentar atestado de moralidade e boa conduta fornecido por cidadão idôneo.⁴ Não havia qualquer menção a condições físicas, como estatura ou peso, ou preferência por habilidades profissionais anteriores, como ocorria em polícias de outros países (Weinberger, 1995).

A idade mediana do primeiro ingresso na polícia obtida no banco de dados foi de 24 anos, e 72% dos que apresentam este tipo de informação entraram com idade entre 21 e 30 anos, mas o espectro de idades declaradas variava dos 17 aos 79 anos. A título de comparação, na polícia de Essen, Alemanha, em 1908 as idades variavam entre 24 e 56 anos (Spencer, 1992, p. 94); já na Polícia Metropolitana de Londres no final do século XIX, em virtude da preferência por empregar homens jovens e fortes que tivessem muitos anos de serviço pela frente, as idades dos recrutas variavam entre 20 e 27 anos (Shpayer-Makov, 2002, p. 39-40). Quanto ao estado civil, 64,12% eram solteiros no primeiro engajamento. Sobre as informações relativas à idade e estado civil, é interessante salientar que essas se baseavam nas declarações dos ingressantes e não em algum documento comprobatório. No caso do estado civil, portanto, a declaração podia incluir ou omitir relações conjugais não oficializadas, como o amasiamento.

Mas os dados que melhor permitem a construção de um perfil social dos homens que se engajavam na polícia

municipal de Porto Alegre ao longo da Primeira República são os referentes à “profissão”. Dos 5.742 indivíduos que compõem o banco de dados, foi possível recuperar essa informação para 4.713, e a listagem revelou mais de 188 ocupações diferentes, além das ocupações mistas e dos que constam como “nenhuma” e “sem ofício”. A fim de possibilitar uma análise menos fragmentada, foi necessário agrupar muitas dessas ocupações, operação que envolveu uma série de escolhas e seus riscos potenciais, sendo o mais grave deles o enquadramento em homogeneizações anacrônicas ou completamente artificiais, perdendo de vista a diversidade presente na fonte e gerando distorções (Moura Filho, 2008). Além disso, muitas profissões iguais ou semelhantes podem ter sido escritas e transcritas de formas diferentes no registro (exemplo: comieiro, cumeeiro, cumiero, camiero), ou, inversamente, ocupações diferentes grafadas de forma parecida (exemplo: carreiro, corrieiro, correeiro). Outras, por sua vez, são difíceis de classificar, como agência, agenciador, aparelhador, corredor.

Ciente dos riscos embutidos na operação de agrupar esses dados, optei pela codificação das ocupações denominada HISCO (sigla de Historical International Standard Classification of Occupations⁵), sistema de classificação ocupacional que tem a vantagem de permitir comparações em termos internacionais e históricos, além de propiciar conexões com categorias utilizadas por instituições que produzem estatísticas nacionais em diferentes países. As mais de 188 ocupações foram então catalogadas em 53 categorias, e essas por sua vez agregadas em 10 grupos.

Um trabalho mais detalhado poderia tentar codificar cada uma das denominações de ocupação que constam na fonte, mas agrupei ocupações cujas descrições de atividade no sistema HISCO se assemelham (como trabalhador e servente); por outro lado, fiz uma separação em dois dos grupos principais do sistema HISCO porque considere que seria mais produtivo para minhas próprias indagações de pesquisa. Assim, do grupo dos “trabalhadores dos serviços” (código 5 no sistema HISCO), separei os que tinham profissão anterior ligada a atividades militares e policiais (código 58). E no grupo dos “trabalhadores na produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros” (código 7/8/9), separei os de código 99, definidos como “trabalhadores na produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros não classificados em outra atividade”, categoria que contempla códigos para trabalhador manual sem mais informação, trabalhador de fábrica, jornalista e ainda os sem ofício.

⁴ Porto Alegre (s.d.-a): Acto n. 20, de 10 de outubro de 1896. Leis, Decretos, Actos e Resoluções do Municipio de Porto Alegre. Período de maio de 1897 a dezembro de 1908. Porto Alegre, Officinas Graphicas d'A Federação, 1930.

⁵ O sistema HISCO, com os nomes das ocupações e as respectivas descrições do trabalho a que se referem para o período do século XVIII ao XX, e respectivos grupos e subgrupos, em inglês, encontra-se disponível na internet na página do History of Work Information System (HISCO, s.d.). Tomei contato com o sistema HISCO a partir do trabalho de Botelho (2008).

Também optei por apresentar o número dos que não tinham informação de ocupação na Matrícula separado dos classificados no sistema HISCO como “sem informação ou informação não se relaciona com atividade ocupacional”, unicamente para não diluir os dezenove estudantes presentes na Matrícula entre os indivíduos para os quais a fonte não traz informação. Neste caso, a presença de alguns homens que se declararam estudantes quando do ingresso na atividade policial é algo que destoava do quadro geral, e mereceria uma investigação mais detalhada se as fontes qualitativas assim o permitissem, o que não se efetivou. De qualquer forma, o agrupamento e codificação de ocupações procurou preservar ao máximo as particularidades e potencialidades de pesquisa da listagem original.

Entre todas as 188 ocupações encontradas, a profissão mais frequente na Matrícula é agência, com 704 ocorrências, que codifiquei como “trabalhador sem mais informação” (99900). No século XIX, “viver de agências” significava viver do seu próprio negócio, de seus próprios recursos. Um historiador da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que escrevia na virada do século XIX para o XX, ao classificar os ramos em que se dividia a atividade humana naquele município, colocou sob o título de “diversas” todos “aqueles que vivem de agência e que não têm profissão reconhecida” (Cunha, s.d., p. 50-51). Por outro lado, Soares menciona um indivíduo intimado a assinar “termo de bem viver” na cidade de Vitória, no Espírito Santo, no final do século XIX, que se declarou de profissão alfaiate e “vivendo de agências”, mostrando um outro sentido do termo (Soares, 2009, p. 114).

Velasco faz uma interessante discussão sobre as possibilidades de construção de um modelo aproximativo de estrutura social da sociedade brasileira oitocentista a partir da análise e cruzamento de fontes diversas como inventários, listas nominativas e de qualificação eleitoral e documentação judicial. Para o autor, “o termo agência e suas variantes (‘vive de sua agência’, ‘agenciador’) são outras designações cujo significado é uma verdadeira dor de cabeça para quem tenta enquadrá-los em algum critério” (Velasco, 2004, p. 204). No banco de dados montado com documentação da Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, os termos agência e agenciador foram classificados dentro das “camadas médias” (entre as elites e os escravos). Não obstante, dadas as dificuldades de classificação de agência (assim como lavrador) em alguma categoria a partir das definições de época obtidas, o autor faz considerações bastante relevantes que ajudam a explicar as opções que acabei por tomar em meu próprio trabalho:

[...] observa-se nas Listas que “a quase totalidade dos que viviam de ‘suas agências’ [...] eram proprietários de um número variável de cativos”. Ou seja, o agenciador tanto poderia “agenciar” unicamente sua própria força de trabalho, como assalariado, quanto “agenciar” a força de trabalho de outros, por exemplo, alugando escravos.

Nos dicionários o termo significa “trabalho, indústria, grangearia, modo de ganhar a vida”, enfim, tudo. [...] Restou a análise dos dados na própria base, na qual surgem três ofendidos e 11 réus indicados apenas como agenciadores ou que “vivem de sua agência”; não há indicações de cor e somente três constam nas Listas Nominativas e não existem inventários nem testamentos de nenhum deles. Assim, decidi por fazê-los constar na categoria dos livres pobres (Velasco, 2004, p. 204).

Em seu estudo sobre as experiências negras em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, Moreira analisou as listagens de cidadãos qualificados votantes em 1880 na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Nelas, os qualificados com profissão agência perfazem 3,55% dos 901 do 1º distrito e 0,49% dos 407 do 2º distrito, com rendas médias na mesma faixa de operário, carroceiro, agricultor e jornaleiro (Moreira, 2003, p. 158-160). Mas o interessante na listagem é que, como em outras profissões ali presentes – alfaiates, sapateiros, lavradores –, a diferença entre a menor e a maior renda dos 34 eleitores agência é de quatro vezes: de 300\$000 a 1:200\$000, evidenciando as possíveis diferenças entre as condições de vida de uns e outros, e, mais importante, o quão temerário pode ser basear uma classificação social apenas nas profissões.

Em uma versão do sistema HISCO feita por historiadores portugueses para o período dos séculos XVIII e XIX, a ocupação “vive de sua agência” (*lives by his own means*) foi classificada no grupo “sem informação ou informação não se relaciona com atividade ocupacional” e vinculada ao status de proprietário.⁶ Ou seja, nas análises citadas, o termo agência não se referiria propriamente a uma ocupação ou profissão e sim a uma condição, associada no caso dos historiadores portugueses com status social superior ao das classes trabalhadoras não proprietárias. No entanto, não me parece ser este o sentido em que o termo foi empregado em minha fonte, na medida em que nenhum outro dado indica que homens de status social superior buscassem emprego na polícia municipal de Porto Alegre, embora não se possa descartar que pequenos proprietários ou posseiros que vivessem de sua própria agência/trabalho buscassem a atividade policial

⁶ Trata-se do *Project for the Analysis and Classification of Occupations*, PACO (Madureira, 2002a). Vide também, do mesmo autor, outro texto sobre a codificação de ocupações históricas (Madureira, 2002b).

(ou fossem para ela recrutados), mesmo que sazonalmente. Ou seja, agência seria mais o indicativo de uma forma de inserção no mercado de trabalho (Velasco, 2004, p. 193) ou condição, talvez temporária para a maioria, do que de uma ocupação ou atividade profissional, condição essa que, por si só, não é suficiente para indicar status social superior ou inferior no período que analiso. Também nesse aspecto o sistema HISCO apresenta flexibilidade, como comenta Botelho (2008, p. 204-205):

[...] nos casos em que pode haver uma dupla interpretação do significado da ocupação em relação aos códigos HISCO disponíveis, o pesquisador deve usar seus conhecimentos da realidade por ele pesquisada para optar por uma, e apenas uma, das interpretações disponíveis.

Embora esses princípios sejam interessantes por estabelecer um norte para o trabalho de codificação, eles obviamente envolvem tomar atitudes que podem deixar insatisfeitos muitos pesquisadores. Para o caso brasileiro, um primeiro problema diz respeito à dupla informação em que a primeira declaração não se refere a uma ocupação, mas a segunda sim (“vive de sua agência e negócio”, “agregado e lavrador” e outras). Nesses casos, adotamos o princípio de que fosse codificada a segunda declaração de ocupação.

Como a interpretação do termo agência no Rio Grande do Sul das décadas iniciais da República permanece imprecisa, fiz a opção de classificá-la e quantificá-la como “trabalhador sem mais informação”, junto com trabalhador, servente, jornalista, operário, proletário e sem ofício. Essa opção encontra respaldo, além dos autores já citados, no trabalho de Rosemberg com os dados dos homens que se engajaram no Corpo Policial Permanente da Província de São Paulo entre 1868 e 1889:

A maioria esmagadora dos voluntários a uma vaga no CPP declarou não possuir ofício digno de ser especificado nos termos de engajamento. Entre os 4228 engajamentos, 3267 foram classificados sob a rubrica sem ofício ou ofício nenhum (77,27% do total). Supõe-se, portanto, que eram jornalistas ou trabalhadores que viviam “de agência”, sem demonstrar nenhuma habilidade específica que os destacasse em meio ao universo de homens livres pobres (Rosemberg, 2008, p. 105).

Da mesma forma que com agência, o elevado número de indivíduos registrados como operário, proletário e jornalista me levou a manter tais categorias em separado, diferentemente do procedimento adotado com outros trabalhadores do grupo principal 7/8/9. Já o

termo comércio provavelmente designava empregados no comércio, embora caixeiro fosse a denominação usual para esses. Em vários casos de difícil interpretação, podemos estar diante de termos que faziam mais sentido para quem produzia o registro e anotava as informações fornecidas pelos futuros policiais do que para os próprios.

A Tabela 1 mostra as dez ocupações únicas ou agrupadas por semelhança mais frequentes encontradas na Matrícula. Organizando os dados de outra forma, colocando-se os grupos ocupacionais em ordem decrescente partindo dos mais numerosos, a listagem fica a seguinte: (1º) trabalhador sem mais informação/trabalhador/trabalhador diarista/trabalhador de fábrica; (2º) trabalhadores na produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros; (3º) trabalhadores em vendas, comércio; (4º) trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e da pesca; (5º) trabalhadores dos serviços ligados a atividades militares e policiais; (6º) trabalhadores dos serviços (outros); (7º) profissionais e técnicos especializados e outros trabalhadores relacionados; (8º) trabalhadores de serviços administrativos, trabalho de escritório; (9º) informação não se relaciona com atividade ocupacional. Ou seja, até o limite em que a designação – nem sempre precisa, como foi notado – de uma profissão pode indicar a posição social de um indivíduo, os dados mostram que mais da metade (65,79%) dos homens que procuravam colocação na Polícia Administrativa de Porto Alegre eram operários, jornalistas ou trabalhadores sem profissão definida, e provavelmente não seja exagero designá-los como trabalhadores pobres.

Com o objetivo de tentar fazer uma aproximação com a distribuição ocupacional da cidade, a Tabela 2 alinha os números e percentuais obtidos por meio do banco de dados da Matrícula com os do Censo de 1920 para a população masculina adulta de Porto Alegre. O único grupo de ocupações cuja proporção na fonte se apresenta significativamente maior do que na população de Porto Alegre é o que o Censo de 1920 definiu como “Diversas”, que inclui “mal definidas”, “profissão não declarada e sem profissão”. Também se enquadram como “diversas” três das dez ocupações mais frequentes no registro: agência, jornalista e sem ofício, e só essas representam 25,46% dos homens que ingressaram na polícia municipal entre 1896 e 1929 (Tabela 1). No total, as declarações de ocupação que agrupei como trabalhador sem mais informação chegam a 36,41%. Por outro lado, os homens com profissões mal definidas, não declaradas ou sem profissão representavam apenas 11,5% da força de trabalho adulta de Porto Alegre em 1920 de acordo com o Censo. A partir desses números, pode-se dizer que o ingresso na polícia local, que não exigia formalmente nenhuma habilidade especial dos candidatos, colocava-se como alternativa de emprego preferencialmente para trabalhadores não especializados.

Tabela 1. Ocupações mais frequentes por ordem decrescente de ocorrências na Matrícula.**Table 1.** The most frequent occupations in descending order of results in “Matrícula”.

Ocupações da Matrícula		Quantidade na Matrícula
1º	Agência	704
2º	Operário, Proletário	624
3º	Ambulante, Caixeiro, Comércio, Empregado de Padaria, Empregado do Comércio, Empregado de Farmácia, Mascate, Negociante, Vendedor,	609
4º	Jornaleiro	527
5º	Agricultor, Campeiro, Campista, Camponês, Chacareiro, Criador, Lavrador, Roça/Tropeiro	357
6º	Caboteiro, Chauffeur, Carreteiro, Carroceiro, Cocheiro, Condutor de Bonde, Embarcadiço, Motorneiro, Maquinista, Marinheiro, Marítimo, Motorista/Taifeiro, Remador	273
7º	Pedreiro, Carpinteiro, Comieiro	241
8º	Sem Ofício, Nenhuma	231
9º	Baixa do 10º Batalhão da Brigada Militar (BM), Exército, Ex-Cabo da BM, Ex-Praça, Ex-Praça da BM, Ex-Praça do Exército, Ex-Praça do 10º Regimento de Infantaria, Ex-Sargento, Militar, Militar Reformado, Reservista	164
10º	Classificador de Couros, Curtidor, Oficial de Sapateiro, Sapateiro, Seleiro, Tamanqueiro, Traçador	127
Total		3857

Fonte: Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3.8, códigos 3.8/1 a 3.8/22. AHPA.

No entanto, com exceção do grupo “Trabalhador sem mais informação”, não existe uma diferença muito significativa entre a estrutura ocupacional do município e as profissões anteriores dos ingressantes na polícia. O grupo com maior representação proporcional na população de homens adultos na cidade era o de “indústrias”, que inclui operários e trabalhadores com ofícios definidos, como alfaiates, marceneiros, pedreiros, tipógrafos, funileiros, sapateiros, etc., seguido dos trabalhadores no comércio e em atividades rurais. Operário, comércio e agricultor ocupam respectivamente o segundo, terceiro e quinto lugares na listagem da Tabela 1 e o segundo, terceiro e quarto lugares na Tabela 2.

Como o policiamento efetivamente não colocava qualquer obstáculo ao engajamento de trabalhadores sem

especialização, seria de se supor que fosse uma alternativa para trabalhadores rurais recém-chegados à capital do estado, ou mesmo para habitantes das vastas áreas rurais que então compunham o município de Porto Alegre. Entretanto, os números também mostram que a proporção de ingressantes na polícia com atividades agropecuárias é bem menor do que a registrada para Porto Alegre pelo Censo de 1920.⁷

Enfim, a contagem e classificação das profissões anteriores presentes na Matrícula mostrou a predominância de ocupações como agência, jornaleiro, agricultor e operário, indicando que a polícia municipal era formada principalmente por indivíduos provenientes das “classes trabalhadoras”. Mas este é um termo genérico que, assim como as médias obtidas na quantificação, tende a homogeneizar a diversidade de condições sociais desses

⁷ A maior parte da população do município de Porto Alegre em 1919/1920 se concentrava nas áreas urbanas do 1º, 2º, 3º e 4º distritos. Destes, só o 1º era plenamente urbano, mas juntos somavam 77% da população de um município com 10 distritos que se estendiam, até 1926, por um território vasto e descontínuo formado por ilhas fluviais e áreas situadas na outra margem do rio-lago Guaíba, as quais atualmente pertencem aos municípios de Guaíba, Eldorado do Sul, Barra do Ribeiro, Tapes e Mariana Pimentel (Mauch, 2011, p. 53-57).

Tabela 2. Comparação entre dados de profissão anterior dos policiais administrativos entre 1896 e 1929 e do censo de 1920 para Porto Alegre.

Table 2. Comparison between data on previous occupation of the policemen from 1896 to 1929 and the 1920 census in Porto Alegre.

Código e Denominação Grande Grupo/Subgrupo HISCO	Quantidade na Matrícula	Percentual na Matrícula	Quantidade no Censo de 1920	Percentual no Censo de 1920
[-1] Sem informação ou informação não se relaciona com atividade ocupacional	19	0,33	619	1,32
[0/1] Profissionais e técnicos especializados e outros trabalhadores relacionados	89	2	2131	4,54
[3] Trabalhadores de serviços administrativos, trabalho de escritório	49	1	2891	6,17
[4] Trabalhadores em vendas, comércio	623	11	9424	20,11
[5] Trabalhadores dos serviços	200	3	1112	2,37
[5.58] Trabalhadores de serviços de segurança	211	4	2790	5,95
[6] Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	367	6	7474	15,94
[7/8/9] Trabalhadores na produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	1064	19	11503	24,55
[7/8/9.99] Trabalhador sem mais informação	2091	36,41	5835	12,46
Sem informação na Matrícula	1029	17,9	-	-
Totais	5742	100,64	43779	93,41

Fontes: Porto Alegre. Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3.8, códigos 3.8/1 a 3.8/22. (AHPA); HISCO (s.d.); Brasil (1920, p. 543).

420

trabalhadores; portanto, é necessário considerar sua heterogeneidade e mobilidade, pois as situações no mercado de trabalho não eram permanentes. Assim, um agricultor em Porto Alegre no início do século XX podia ser um agregado ou assalariado rural, ou ainda um pequeno ou médio proprietário nas extensas áreas rurais que então formavam o território de alguns distritos suburbanos, para quem talvez fosse interessante deter uma parcela do poder de polícia e garantir um salário no fim do mês. Exceto para os que tinham um ofício, a maioria dos trabalhadores urbanos provavelmente não exercia a mesma atividade ao longo da vida e, considerando-se que no período analisado a média de idade de entrada oscilou entre os 24 e 27 anos,

a maioria provavelmente já trabalhava quando ingressou na polícia. O policial extranumerário Joãozinho, por exemplo, já havia sido anteriormente agricultor e vendeiro. A pesquisa qualitativa indicou que o pequeno comércio, aliás, parece ter ocupado papel importante nas estratégias de sobrevivência dos homens que em algum momento de suas vidas se engajaram na Polícia Administrativa, pois foram encontrados vários casos de agentes estabelecidos com vendas ou bodegas, alguns expulsos justamente por continuarem a exercer uma atividade considerada pelos superiores incompatível com a função de policial. Em resumo, os dados da Matrícula indicaram que o serviço policial municipal era uma alternativa para vários tipos de

trabalhadores e principalmente para os que não possuíam um ofício ou especialização anterior e que ficavam mais à mercê das oscilações do mercado de trabalho local.

Concluindo, espero ter conseguido demonstrar, ainda que resumidamente, como a utilização da contagem e classificação das informações proporcionadas pela fonte permitiu a visualização de procedimentos da instituição que não apareciam nos outros documentos analisados em minha pesquisa, além de ter ajudado, e muito, a responder à pergunta relativa a quem eram os policiais. Mas como contar não basta, os números obtidos só passaram a fazer sentido quando relacionados às outras fontes de caráter qualitativo.

Referências

- BOTELHO, T.R. 2008. Categorias de diferenças: ocupação, “raça” e condição social no Brasil do século XIX. *Locus: Revista de História*, **14**(1):195-228.
- FARINATTI, L.A. 2008. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, **15**(28):57-72.
- GINZBURG, C.; PONI, C. 1991. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: C. GINZBURG; E. CASTELNUOVO; C. PONI, *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, p. 169-178.
- GRAHAM, R. 2008. Os números e o historiador não quantitativo. *Locus*, **14**(1):19-39. Disponível em: http://www.locus.ufjf.br/c.php?c=artigo&cd_art=301. Acesso em: 25/02/2010.
- MADUREIRA, N.L. (coord.). 2002a. Portuguese Historical Occupations Database. Project for the Analysis and Classification of Occupations, PACO. Disponível em: <http://publicationsnlm.blogspot.com/p/portuguese-historical-occupations.html>. Acesso em: 22/01/2010.
- MADUREIRA, N.L. 2002b. Como codificar ocupações históricas: oito ocupações de Lisboa no século XVIII. In: I. AMORIM (ed.), *Qualificações, memórias e identidades do trabalho*. Lisboa, IEFP-Série Estudos, p. 321-336. Disponível em: <http://publicationsnlm.blogspot.com/p/portuguese-historical-occupations.html>. Acesso em: 15/10/2010.
- MAUCH, C. 2011. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 283 p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/34692>. Acesso em: 16/03/2012.
- MAUCH, C. 2004. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul, Edunisc/ANPUH-RS, 231 p.
- MOREIRA, P.R.S. 2003. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888*. Porto Alegre, EST Edições, 356 p.
- MOURA FILHO, H.P. 2008. O uso da informação quantitativa em História - tópicos para discussão. *Locus*, **14**(1):41-90. Disponível em: http://www.locus.ufjf.br/c.php?c=artigo&cd_art=302. Acesso em: 25/02/2010.
- REVEL, J. 1998. Microanálise e construção do social. In: J. REVEL (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 15-18.
- ROSEMBERG, A. 2008. *Polícia, policiamento e o policial na Província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 436 p.
- SHPAYER-MAKOV, H. 2002. *The making of a policeman: a social history of a labour force in Metropolitan London, 1829-1914*. Aldershot, Burlington/Ashgate, 263 p.
- SOARES, G.A. 2009. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. *Topoi*, **10**(19):112-132.
- SPENCER, E.G. 1992. *Police and social order in German cities: the Düsseldorf District, 1848-1914*. DeKalb, Northern Illinois University Press, 261 p.
- THOMPSON, E.P. 1981. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar, 231 p.
- TILLY, C. 1984. The old new social history and the new old social history. *Review*, **VII**(3):363-406.
- VELLASCO, I.A. 2004. O labirinto das ocupações: uma proposta de reconstrução da estrutura social a partir de dados ocupacionais. *Varia Historia*, **32**:190-211.
- VELLASCO, I.A. 2005. Os predicados da ordem: os usos sociais da justiça nas Minas Gerais 1780-1840. *Revista Brasileira de História*, **25**(50):167-200.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882005000200007>
- WEINBERGER, B. 1995. *The best police in the world: an oral history of English policing from the 1930s to the 1960s*. Aldershot, Scolar Press, 240 p.

Fontes

- BRASIL. 1920. *Recenseamento Geral do Brasil 1920. Vol. 4: População*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Departamento Geral de Estatística.
- CUNHA, A.C. da. [s.d.]. *Apontamentos históricos sobre Pelotas*. Pelotas, Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense, p. 50-51. Manuscrito.
- HISCO. [s.d.]. Tree of Occupational Groups. History of Work Information System. Disponível em: <http://historyofwork.iisg.nl/index.php>. Acesso em: 22/01/2010.
- PORTO ALEGRE. 1930. Acto n. 20, de 10 de outubro de 1896. Leis, Decretos, Actos e Resoluções do Município de Porto Alegre. Período de maio de 1897 a dezembro de 1908. Porto Alegre, Oficinas Graphics d'A Federação, 1930. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho (AHPA).
- PORTO ALEGRE. Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3.8, códices 3.8/1 (Polícia 1) a 3.8/22 (Polícia 22). (AHPA).

Submetido: 22/06/2012

Aceito: 15/08/2012

Cláudia Mauch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Departamento de História
Av. Bento Gonçalves, 9500
91509-900, Porto Alegre, RS, Brasil